

A FORMAÇÃO DA PROFESSORA DE AEE PARA TRABALHAR NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE FORTALEZA

Elenilcia dos Santos Queiroz ¹
Maria Daniele Silva de Souza ²
Orientadora: Robéria Vieira Barreto Gomes ³

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa surge como pré-requisito da Disciplina de Educação Especial, no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará. Diante disto, buscamos analisar a formação da professora de Atendimento Educacional Especializado (AEE) em uma escola municipal de Fortaleza/CE, localizada no bairro Álvaro Weyne. Para tanto, objetivamos investigar o que o Conselho Nacional de Educação/Câmara da Educação Básica (CNE/CEB), especificamente a Resolução nº 04, de 2 de outubro de 2009, que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, outros documentos e autores dizem acerca da formação de professores para atuar na sala de recursos multifuncionais e compreender quais são as dificuldades apontadas pela professora para que tal prática esteja de acordo com os aparatos legais. No entanto, antes de nos atentarmos ao foco de nossa pesquisa, é importante salientarmos a Lei que entrou em vigor em 1989, deixando evidente os direitos das pessoas com deficiência, dentre eles o direito à educação. Assim, a Lei nº 7.853 garantiu

às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico [...] (Lei Nº 7.853, Art. 2º).

Isto é, essa Lei garantiu a efetivação dos direitos básicos às pessoas com deficiência em todas as etapas de suas vidas. Logo, é certo que o direito à educação para as pessoas com deficiência já existe há bastante tempo e que, embora a referida Lei esteja ultrapassada, existem outras leis, decretos e afins mais atuais que reforçam, também, os direitos dessas pessoas, a exemplo da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência: nº 13.146, de 6 de julho de 2015. A respeito dessa educação, sabe-se que às pessoas com deficiência é cedido o direito de poderem estudar em uma sala de aula regular e, ainda, terem o AEE como um complemento ou

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará- UFC, santoselen1998@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará - UFC, souzadaniele111@gmail.com;

³ Professora Doutora do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará - UFC, aee.roberia@gmail.com;

suplemento educacional, acontecendo no contraturno escolar. Sobre esse atendimento, que é garantido pelo Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, o Art. 2º da Resolução nº 4 (CNE/CEB) elucida que

O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

Sabendo da função que o AEE exerce na educação das pessoas com deficiência, é necessário salientar a importância de uma boa formação dos professores que atuam nessa área. Para isso, o art. 12º da Resolução nº 04 (CNE/CEB) diz que “para atuar no Atendimento Educacional Especializado, o professor deve ter formação inicial que o habilite para exercício da docência e formação específica na Educação Especial”.

Assim, a atuação do docente que trabalha com AEE deve ser baseada em uma formação mais ampla, que o faça ser capaz de identificar as especificidades de seus alunos e valorizar as diversidades que se apresentam no processo de ensino-aprendizagem. Isso faz com que o professor enriqueça seu repertório de estratégias e metodologias aplicadas diariamente em sala, para que possa lidar com as particularidades de seus alunos e trabalhar, de fato, com a perspectiva da inclusão. Essa resignificação da prática é importante não só para as crianças com alguma deficiência ou transtorno, mas para que o professor possa aperfeiçoar seu próprio trabalho e, conseqüentemente, obter resultados mais significativos no trabalho com o todo.

METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa e obtenção de resultados mais significativos, fizemos uso da pesquisa qualitativa, que tem por finalidade investigar, entender e refletir sobre os aspectos dos fenômenos que englobam o mundo social, trazendo para o contexto educacional. Fizemos uso desse tipo de pesquisa porque ela é utilizada basicamente em pesquisas onde a condição de realidade não pode ser quantificada consentindo um aprofundamento maior no mundo dos significados (MYNAIO, 2001). Para a coleta de dados e análise documental, utilizamos como instrumentos a observação: observamos o espaço da sala de recursos multifuncionais e acompanhamos o atendimento de uma criança que tem paralisia cerebral, a fim de conhecer o trabalho da profissional do AEE na prática. Além disso, fizemos uma entrevista semiestruturada, que consiste em perguntas pré-estabelecidas para que a entrevista tivesse um teor maior de conversa com o sujeito da pesquisa, que é a professora, e a mesma pudesse sentir-se mais à vontade para responder às indagações feitas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com os resultados que obtivemos a partir da entrevista/conversa, entendemos que a professora emprega, em seus atendimentos, muitos conhecimentos advindos de seu envolvimento com a Educação Física; pois, antes de atuar no AEE, a docente, formada também em Pedagogia com várias especializações na área da Educação Especial, dentre elas a Libras, trabalhava como educadora física. Ela comentou sobre os conhecimentos adquiridos durante essa primeira graduação, de como eles conseguiram e conseguem dar-lhe os respaldos necessários para que ela possa enfrentar as dificuldades iniciais de sua função, principalmente no atendimento com crianças que possuem alguma deficiência física. Além disso, a educação física proporciona a socialização das crianças à medida que o professor elabora e propõe atividades coletivas, sendo capaz, também, de perceber as especificidades de seus alunos a partir de um olhar mais humano. Essa prática corrobora com a ideia da inclusão, uma vez que

A educação física inclusiva deve ter como eixo o aluno, para que se desenvolvam competências e condições igualitárias, buscando, portanto, estratégias para dirimir a exclusão ou segregação. É por meio das atividades de educação física que os alunos podem ampliar esses contatos interpessoais, já que as atividades físicas propiciam o ensino de limites e superação, além de dar uma visão de competitividade e, também, a ter contatos físicos que são propostos pelas dinâmicas das práticas educativas que valorizem a diversidade e o respeito entre os alunos (AGUIAR; DUARTE, 2005 *apud* LARA; PINTO, 2017)

Apesar de julgar possuir uma boa formação, a professora nos relatou que apenas suas graduações não seriam suficientes para suprir as demandas do AEE. Isso se dá porque acredita-se haver uma defasagem dentro do processo de formação de professores por meio das licenciaturas, uma vez que estas ainda não conseguem preparar amplamente os docentes para trabalhar dentro de uma perspectiva inclusiva respeitando a heterogeneidade que se faz cada vez mais presente no sistema educacional (GLAT; PLETSCH, 2004; PLETSCH; FONTES, 2006 *apud* PLETSCH, 2009). Por esse motivo, a docente entrevistada está sempre em busca de especializar-se para melhorar a sua prática, com especializações presenciais e à distância, pois reconhece a grande relevância do seu trabalho para a formação integral de seus alunos, visto que

O professor tem grande importância nos processos de inclusão, enfrentando os desafios vivenciados no ensino regular. É preciso que o professor promova programas com qualidade e segurança, que conheça algumas características fundamentais sobre cada deficiência e, sobretudo, consiga perceber as potencialidades diferenciadas presentes nas crianças, independentemente das deficiências que possam apresentar (GORGATTI, 2008 *apud* LARA; PINTO, 2017).

Como exemplo de êxito do trabalho da docente, podemos citar a criança observada, que, segundo o relato da professora, progrediu bastante. Segundo ela, a aluna consegue desempenhar, hoje, atividades motoras mais precisas; isto é resultado do uso de materiais adaptados, criados pela professora e, muitas vezes, exclusivamente para a referida aluna, e que, de acordo com o avanço dos resultados, vão sendo modificados e adaptados para a criança. Segundo o Portal de Ajudas Técnicas do MEC (2006), a respeito da prática realizada pela professora, cada necessidade é única e o trabalho deve ser voltado para os resultados obtidos por meio da aplicação de atividades a partir de material adaptado para cada criança, ou seja, é, de fato, uma espécie de experimentação, na qual os resultados servem como suporte para analisar e estudar com mais atenção os detalhes envolvidos no desenvolvimento das crianças.

É perceptível o envolvimento e a responsabilidade da professora com o AEE; seu vasto conhecimento contribui para que as crianças progridam em vários aspectos, desde os individuais aos coletivos. Ela compreende bem a importância de uma boa formação para que um professor consiga atuar na Educação Especial, sobretudo na sala de recursos multifuncionais; uma formação que não se firme apenas na teoria, mas que dê respaldo à prática, à vivência.

Além do que já foi citado anteriormente, a professora também faz questão de tentar realizar um trabalho juntamente com os demais professores da sala de aula comum, para que os mesmos tenham respaldo para trabalhar a inclusão em suas turmas. Acreditamos que sua intenção é válida, visto que, de acordo a pesquisa feita por Pletsch (2009) baseada em uma compreensão de Ainscow (1997), é do papel do professor que ele trabalhe em grupo as questões relacionadas às necessidades dos alunos socialmente excluídos e sobre educação inclusiva, aproximando-se e trabalhando em equipe sobre a realidade que envolve cada indivíduo. Entretanto, segundo a professora, essa tentativa de aproximação é dificultada pelos próprios professores da sala de aula comum, que por vezes não tentam realizar um trabalho em conjunto com a professora, uma vez que um impasse se estabelece à medida que a professora do AEE não consegue ver a progressão gradativa de alguns de seus alunos. Esse trabalho em conjunto é importante porque

O ensino colaborativo ou co-ensino envolve um par de professores (um da educação regular e o outro da educação especial) atuando em equipe e assumindo diferentes tipos de arranjos [...] os quais podem ocorrer durante períodos fixos de tempo, em determinados momentos, ou mesmo em certos dias da semana. No ensino colaborativo, dois ou mais professores compartilham a responsabilidade de planejar, de implementar o ensino e da disciplina da sala de aula, podendo ocupar a mesma sala de aula. (MENDES, 2014 *apud* BENDINELLI, 2018)

A professora relatou, também, que parece ser vista não como uma professora da sala de recursos multifuncionais, e sim como uma profissional que realiza um trabalho itinerante, visto que não consegue ver a continuidade de seu trabalho por meio dos demais professores na sala de aula comum, enquanto ela tenta dar continuidade ao trabalho desses professores em seus atendimentos na sala de recursos multifuncionais, fazendo com que os alunos consigam ver essa relação e tenham um melhor desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do princípio de que, dentro de termos mais formais, o professor que atua com a Educação Especial, especificamente o professor do AEE, precisa ter uma boa formação, acreditamos serem nítidos a tamanha responsabilidade e o imenso desafio aos quais esse profissional se submeterá, visto que este atua com a educação complementar e suplementar de seus alunos, tendo que sempre atentar-se às especificidades de cada um.

Assim sendo, acreditamos, diante de tudo que foi observado e de todas as informações obtidas, ter conseguido um resultado final significativo. A fala da professora e as respostas dadas às nossas perguntas, aferidos com documentos e afins que falam do ideal de formação do professor e do AEE, superaram as nossas expectativas. Portanto, acreditamos que, com seu empenho direcionado aos estudos e elaboração de material, ela está realizando um trabalho eficiente e, dentro do possível, inclusivo. Em contrapartida, a grande dificuldade que a professora encontra em seu trabalho, que o é estreito vínculo com os professores de sala de aula comum, pode ser um fator decisivo no que diz respeito ao processo educacional dos alunos que recebem o AEE. De acordo com Bendinelli (2018), o trabalho do professor do AEE auxilia no aprendizado do aluno na sala de aula comum. Se o professor do Atendimento faz uso de uma metodologia com seu aluno na sala de recursos e esta não é reforçada pelo professor da sala de aula comum em suas aulas, por exemplo, o objetivo do AEE acaba não sendo conquistado, é como se parte o trabalho exercido pela professora do Atendimento fosse em vão.

Dessa forma, o trabalho que segue por um rumo mais individualizado prejudica tanto a prática dos professores quanto - e estes, possivelmente, em maior grau - os alunos, não havendo o que chamamos de “via de mão dupla”, um trabalho mútuo, pois o professor da sala de aula comum trabalha de uma determinada forma e o professor do AEE trabalha de outra forma, não conseguindo o aluno ver relação entre o trabalho que parte de ambos os profissionais, que devem ser interligados.

Palavras-chave: Professores, Formação, Atendimento Educacional Especializado.

REFERÊNCIAS

BENDINELLI, Rosanna Claudia. **Atendimento educacional especializado (AEE):** pressupostos e desafios. Diversa educação inclusiva na prática, 2018. Disponível em: <<https://diversa.org.br/artigos/atendimento-educacional-especializado-pressupostos-desafios/>>. Acesso em: 28 set. 2019.

BRASIL. Lei nº. 7.853, de 24 de Outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm > acesso em: 01 out. 2019.

_____. CNE. CEB. Resolução n. 4, de 2 de outubro de 2009, que institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Brasília: 2009.

_____. Decreto Nº 7.611 de 17 de novembro de 2011. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm > . Acesso em: 29 set. 2019.

LARA, Fabiane Matos; PINTO, Celeida Belchior Garcia Cintra. **A importância da educação física como forma inclusiva numa perspectiva docente.** Universitas: Ciências da saúde. Brasília. v. 15, n. 1, p.67-74, 2017. Disponível em: <file:///E:/Downloads/4293-20662-1-PB.pdf > acesso em 29 set. 2019.

_____. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm > . Acesso em: 29 out. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - Secretaria De Educação Especial. **Portal de Ajudas Técnicas:** Equipamento e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física. 2006. Recursos para comunicação alternativa. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ajudas_tec.pdf >. Acesso em: 01 out. 2019..

MYNAIO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social:** Teoria, método e criatividade. Ed. 24. Petrópolis, Editora Vozes: 2002. 80 p.

PLETSCH, Márcia Denise. **A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas.** Educar em revista. Curitiba - Paraná. núm. 33, pp. 143-156, 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=155013364010>> acesso em 28 set. 2019.